

## FONTES PARA A HISTÓRIA DA ABOLIÇÃO\*

Odilon Nogueira de MATOS

O objetivo desta palestra inicial de nosso curso, embora intitulada simplesmente "Fontes para a história da Abolição", pretende também discutir em linhas gerais uma certa problemática em torno do assunto, como que preparando o auditório para as palestras que serão realizadas no decorrer do ano.

De início, convém assinalar a dificuldade de se organizar, não diríamos um elenco das fontes, mas sequer uma bibliografia sobre qualquer tema de nossa História. Os catálogos bibliográficos praticamente são inexistentes e os poucos de que dispomos não levam o consulente ao conhecimento qualitativo do que seria mais importante conhecer. Abra-se uma exceção para o importante livro do Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, aparecido em 1945, mas que vem sendo reeditado e atualizado, como de fato seria necessário; a última edição que conhecemos, a quinta, data de 1976 e representa considerável avanço com relação às edições anteriores. Mais adiante, no decorrer desta palestra, voltaremos a ele.

As fontes sobre o Abolicionismo, que particularmente deveríamos considerar, confundem-se, em grande parte, com as da própria Escravidão. Não se separam, pois sem uma não teria havido a outra. O tema está presente em vários momentos de nossa evolução histórica. Desde os tempos coloniais, pois aparece em alguns movimentos da época, como a Inconfidência Mineira e, ainda de maneira mais incisiva, na Inconfidência Baiana, de 1778. Aparece, também de maneira bastante acentuada, no processo da Independência, com os escritos e as proposições de José Bonifácio de Andrada e Silva, que serão examinados pelo nosso confrade Raul de Andrada e Silva. Aparece no Parlamento, como o demonstrará o confrade

(\* ) Aula inaugural de um curso promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e pela Academia Paulista de História, no ano comemorativo do centenário da Abolição.

Antônio Barreto do Amaral. A ele não será indiferente a Igreja, campo de nosso companheiro Hélio Damante. Nem a literatura (Hernani Donato) e nem a propaganda republicana (Lycurgo Santos Filho).

O problema Escravidão/Abolição não pode, evidentemente, ser considerado fora do contexto em que ele existiu e está vinculado à nossa própria evolução histórica. É preciso não esquecer que, durante todo o período colonial e mesmo boa parte do período independente, o Brasil não conheceu outro regime de trabalho que não fosse o escravo. Sua introdução remonta ao início de nossa história. Variam muito - à falta de bases concretas - as estimativas quanto ao número de escravos introduzidos no Brasil. Mais importante, no caso, do que o número exato (impossível de calcular-se) é a sua distribuição pelo País e as características em que se desenvolve a escravidão nas várias regiões. Alguns centros de concentração podem ser bem caracterizados: a Bahia, o Nordeste açucareiro, o Maranhão, as Minas Gerais, o Rio de Janeiro. Em todas essas regiões, deixou marcas bem acentuadas, como também em algumas regiões de São Paulo.

Contudo, é preciso considerar que, no caso paulista, somente com a cultura do café é que a escravidão se acentuou, e ainda assim no Vale do Paraíba e no Meio-Oeste (área de Campinas, por exemplo). Aliás, diga-se de passagem, Campinas foi um grande centro de concentração escrava e - é com pesar que o afirmamos - os fazendeiros de Campinas tinham muito má fama pela severidade com que tratavam os escravos, chegando até a constituir ameaça vendê-los para Campinas como castigo pelo seu mau comportamento. É preciso, por outro lado, considerar que a maior parte do território paulista foi povoada em época mais recente, já livre da conjuntura escravista. Regiões que não conheceram a escravidão ou então alcançaram-na já nos seus derreiros momentos.

Anote-se, também, que as áreas de pastoreio, que ocupam boa parte do território brasileiro, pois o gado, pela sua natural mobilidade, espalhou-se praticamente pelo País todo, foram pouco favoráveis à utilização da mão de obra escrava, o que não significa que ela não tenha existido. Mas, sem chegar a caracterizar a sociedade que nelas se formou.

Ultimamente, diversos historiadores têm dado ênfase a aspectos menos conhecidos da escravidão. Por exemplo: sua existência em regiões, das quais antes pouco se cuidava, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Para São Paulo, o estudo magnífico da Professora Suely Robles Reis de Queiroz; para o Rio Grande do Sul, os trabalhos de Décio de Freitas, Walter Spalding, Moacyr Flores e Margaret Bakos. O assunto vem despertando o interesse de jovens professores para os seus trabalhos de grau (mestrado e doutorado), infelizmente nem todos publicados.

Outro assunto, recentemente valorizado e antes ignorado, é o que se refere às revoltas de escravos, nas quais se tem procurado descobrir razões mais profundas do que o simples descontentamento com os maus tratos recebidos. A bibliografia moderna é bastante rica a respeito, tendo como trabalho pioneiro, provavelmente o de Clovis de Moura, com várias edições.

Um estudo das fontes mais importantes teria que começar, obviamente, pelo período colonial, quando surgiram os primeiros trabalhos sobre a escravidão, com críticas ao sistema, embora não falasse ainda, a não ser maneira muito velada, em abolição do sistema escravista. Tais críticas seriam uma como que pré-história do abolicionismo. E a este respeito, teríamos que começar pela obra do jesuíta Padre Jorge Benci, *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos*, publicada em Roma, em 1705, reeditada pelo Padre Serafim Leite, em 1954 e, mais recentemente, em 1977, pela Editora Grijalbo, de São Paulo, numa coleção criada pelo saudoso Professor Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa intitulada "Brasil ontem e hoje", e que, infelizmente, não teve prosseguimento.

Seis anos depois do livro do Padre Benci, portanto em 1711, aparecia o conhecido livro de Antonil, *Cultura e opulência do Brasil*, no qual os capítulos mais interessantes talvez sejam os que tratam do papel dos escravos e da escravidão no Brasil. Tal como Benci, Antonil também era jesuíta, e chamava-se João Antônio Andreoni. De tudo quanto se escreveu no Brasil colonial cremos ter sido o livro de Antonil o que maior número de edições alcançou, o que demonstra iniludivelmente, o seu interesse. No entanto, sabe-se que o livro chegou a ser apreendido pela censura régia, que nele viu uma obra inconveniente aos interesses do Estado e até pernicioso, quando, antes, essa mesma censura foi toda louvores para com ele. Afora a edição "príncipe" de 1711, o livro de Antonil ficou mais de cem anos sem que fosse reeditado. De fato, só em 1837 aparecia uma segunda edição. Mais para o fim do século, o Arquivo Público Mineiro o reeditou. De 1923, data a edição de Afonso de Taunay, por muito tempo a edição referencial, até que aparecesse a edição Canabrava, em 1969, reeditada em 1974. Até hoje, contamos pelo menos com doze edições, incluindo uma fac-similar publicada pelo antigo Museu do Açúcar, de Recife, e outra, publicada em França, por André Mansuy.

De 1758, é o *Etiópe resgatado, empenhado, sustentado, corrigido, instruído e libertado*, publicado em Lisboa pelo Padre Manuel Ribeiro da Rocha, e nunca reeditado, pelo menos que saibamos.

De 1764 é um curioso panfleto acerca dos abusos da escravidão no Brasil: *Nova e curiosa Relação de um abuso emendado ou evidências da*

*razão expostas a favor dos homens pretos em um diálogo entre um letrado e um mineiro*, que o historiador inglês Charles Boxer encontrou num alfarrabista de Lisboa e reeditou com comentários, precisamente duzentos anos depois da publicação original.

No século XIX, especialmente após a transferência da corte portuguesa e, mais ainda, após a independência, avoluma-se consideravelmente o que se escreveu e publicou condenado a escravidão ou pelo menos o modo como os escravos eram tratados. Sirvam de exemplo, os escritos de João Severiano Maciel da Costa (Marquês de Queluz), de 1821, e o já mencionado libelo de José Bonifácio.

Com as primeiras experiências de trabalho livre, no início do século XIX, o enfoque passa a ser diferente. A coexistência do trabalho livre (o colono) com a escravidão, foi sempre o ponto mais delicado e ao mesmo tempo de reflexos mais graves e desagradáveis no que se refere ao regime de trabalho no Brasil.

Não se deve deixar sem uma referência a literatura dos viajantes estrangeiros que, a partir de 1808, começam a visitar o Brasil e sobre ele escrever. Literatura de valor muito desigual, como é inevitável. Todos fazem referência ao Brasil como um país de escravos, mas quase todos são discretos nas críticas ao sistema. Um deles, Louis Couty, ocupou-se particularmente de *L'Esclavage au Brésil*, título preciso de seu livro, publicado em 1881. Couty viveu no Brasil bastante tempo e escreveu muito sobre nosso País. Um de seus livros, *Le Brésil en 1884*, foi traduzido exatamente cem anos após a publicação original. Outro viajante que se demorou na apreciação do problema escravo foi o francês Charles Expilly, autor de dois importantes livros, *Le Brésil tel qu'il est* e *Femmes et Moeurs du Brésil*, ambos de muito interesse para a história social; apenas o segundo encontra-se traduzido, e com duas edições.

Não se deve, igualmente, deixar sem uma referência a posição dos republicanos face ao problema servil. Diga-se, preliminarmente, que o problema não foi, de início, abordado pelos propagandistas da República. O manifesto de 1870, com o qual o Partido Republicano lançou-se à luta política, silencia sobre o palpitante tema. Entra em jogo, aqui, o que podemos chamar de "cautela" dos republicanos. Não podendo pressentir o grau de receptividade de suas idéias, evitaram tocar em temas que pudessem indispor-los com as classes rurais dominantes, e de cujo apoio não podiam prescindir. Só depois que se sentem mais seguros - e isto demorou um pouco - é que assustaram suas baterias contra inúmeros pontos, dos quais discordavam freqüentemente. E um deles, obviamente, era a escravidão.

República e Abolição passam a se confundir, a partir de um certo momento. Os clubes e os jornais republicanos, que vão surgindo não só nas

capitais, mas também em inúmeras cidades do interior, tornam-se também abolicionistas. Esta, parece-nos, uma fonte digna de melhor estudo, especialmente se considerarmos que alguns desses clubes e jornais ainda existem, embora, naturalmente, transformados em seus objetivos e finalidades. As cidades onde eles localizam e que, espera-se, possuam coleções completas desses jornais ou documentos relativos aos clubes, tornam-se, conseqüentemente, centros de pesquisas dignos de consideração. Igualmente, o trabalho isolado de alguns grupos, como os "Caifazes", de Antônio Bento, que visavam à libertação dos escravos nas fazendas paulistas. Da mesma forma, a literatura: convém examinar a que ponto os romances que tomaram a escravidão como tema tiveram receptividade na sociedade brasileira da época. E assim, como a literatura, a arte: pintura e música.

A propósito de música, convém lembrar o que se passou com uma das mais importantes óperas de Carlos Gomes, *O Escravo*. Estávamos em plena campanha abolicionista, quando o Visconde de Taunay sugeriu ao compositor campineiro, então no pináculo de sua glória, que pusesse seu estro a serviço da nobre causa, compondo uma ópera cujo assunto versasse sobre a libertação dos escravos. Taunay forneceu-lhe os lineamentos de como deveria ser o libreto, mas não o escreveu. O libreto, encomendado a conhecido libretista italiano, deformou completamente a idéia de Taunay. Basta dizer que o "escravo", que deveria ser um negro, pois este é que estava para ser libertado, foi transformado em índio tamoio e a cena da ópera que deveria passar-se no século XIX, foi recuada para meados do século XVI, por ocasião da invasão francesa no Rio de Janeiro... Resta, a propósito, uma grande dúvida: a alteração do texto de Taunay teria corrido apenas por conta do autor do libreto, ou o próprio Carlos Gomes teria tido alguma interferência, receoso, talvez de que o tema "abolição" não fosse bem recebido pela sociedade brasileira? Quem o poderá dizer?

Um levantamento das fontes implicaria necessariamente na apreciação do que se fez em caráter oficial (discursos no Parlamento e nas Câmaras, resoluções de um e de outro) e o que foi realizado independentemente da ação pública. Livros, libelos, panfletos combatendo a escravidão existem muitos. o que rareia são exatamente os que tratam particularmente da Abolição. O grande livro de Joaquim Nabuco, de 1883, é praticamente o único estudo doutrinário sobre o abolicionismo surgido antes da Lei Áurea, e permanece até hoje (reeditado várias vezes) como modelo de tratamento do importante assunto.

Das biografias de abolicionistas, duas são muito conhecidas: a de José do Patrocínio, por Oswaldo Orico, e a de Luís Gama, por Sud Mennucci.

Muita coisa existirá, certamente, publicada em diversos Estados, em edições restritas ou de pouca circulação, mas que precisaria ser pesquisada. Caímos no que já tem sido dito inúmeras vezes: a falta de informações bibliográficas, que caracteriza o Brasil, não se sabendo num estado o que se publica noutra. Ainda quando se trata de edições comerciais, lançadas por grandes editoras, a coisa se torna mais fácil. Mas, ficamos a pensar nas obras editadas por editoras quase que locais, sem capacidade de difusão pelo país, ou, então, o que ainda nos parece mais grave, quando se trata de publicações oficiais, que, em geral não são vendidas, mas que só se consegue obter quando se tem conhecimento nas entidades que as editam.

As publicações periódicas (revistas) constituem outro campo, inesgotável, de pesquisa, especialmente a "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro" e as dos Institutos estaduais. Especialmente a do Instituto Brasileiro, a mais antiga publicação periódica dedicada aos estudos históricos ainda em circulação, datando seu primeiro número de 1839 (um ano após a fundação do Instituto), encontrando-se atualmente com mais de 350 volumes, afora os volumes especiais, consagrados aos diversos Congressos de História, promovidos pelo Instituto.

A fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro estimulou a criação de instituições similares em todas as unidades do País, a maior parte, ainda no século passado. E quase todos possuem publicações, muitas de periodicidade irregular, devido a dificuldades financeiras. São importantes, neste setor, as revistas editadas pelos Institutos de Pernambuco, São Paulo, Alagoas, Ceará, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul. Um levantamento do conteúdo dessas revistas dos institutos estaduais, juntamente com a do Instituto Brasileiro, constituirá trabalho de suma importância, que, um dia, certamente será realizado.

Indique-se, também, que a Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), consagrou um dos seus primeiros simpósios bienais (o sexto, realizado em Goiânia, em 1971) ao problema do "trabalho livre e trabalho escravo". Comemorava-se, naquele ano, o centenário da Lei do Ventre Livre, e a Associação julgou-se motivada a escolher o referido tema como centro de sua reunião. Os três alentados volumes, contendo os trabalhos apresentados ao referido Simpósio, encerram preciosos subsídios ao estudo do importante tema. Num desses volumes insere-se o importante *Levantamento e sistematização da legislação relativa aos escravos no Brasil*, organizado pela Professora Déa Ribeiro Felon.

A partir de certo momento, a historiografia brasileira passou a se interessar pelos aspectos sociais da escravidão, deixando um pouco de lado os

aspectos puramente políticos que, antes, eram freqüentemente abordados. O aparecimento de *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, seguido pouco depois por *Sobrados e Mucambos*, nos quais eram estudadas, sob novas perspectivas tanto a sociedade patriarcal do Nordeste, como a própria sociedade imperial, estimulou numerosas pesquisas em torno da história social do Brasil, e nesta, como é natural, a influência do elemento escravo foi enorme. Tales de Azevedo, Pedro Calmon, Edson Carneiro, João Dornas Filho, Emilia Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Manuel Diegues Júnior, Maurício Goulart, Maurílio de Gouveia, Otavia Ianni, Fernando Henrique Cardoso, Clovis Moura, José Alipio Goulart, Arthur Ramos, Costa Pinto, Jacob Gerender, Margaret Bakos, Décio Freitas, são alguns novos que se impõem, dentro das mais variadas tendências, como autores de apreciáveis contribuições. A estes acrescentem-se alguns "brazilianists", como Leslie Bethell e Robert Conrad, autores de obras bastante significativas.

Não se pode esquecer, de modo algum, aqueles que no século XIX, ainda ao tempo do Império ou início da República, cuidaram do assunto em trabalhos-fontes, que o pesquisador de hoje nem sempre tem facilidade de encontrar, pois em geral são trabalhos que não foram reeditados, à exceção, certamente, dos de Tavares Bastos: Antonio Francisco Bandeira Júnior, Rui Barbosa, Afonso Celso de Assis Figueiredo, Perdígão Malheiros, Elpidio Mesquita, Bezerra de Menezes, André Rebouças, Pimenta Bueno... E mais recentes, Nina Rodrigues e Brás do Amaral.

Nas histórias gerais do Brasil sempre se abriu espaço para o tema, mas com inevitáveis limitações, dados os objetivos das obras. Abra-se uma exceção - e isto pelas dimensões da obra - para a grande *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda, na qual o assunto vem tratado com maior desenvoltura por Maurício Goulart, para o período colonial e por Emilia da Costa Viotti e Paula Beiguelman, para o período imperial.

É importante ressaltar a preocupação revisionista de certos autores que ultimamente vêm tomando os temas Escravidão e Abolição para seus trabalhos de grau universitário, procurando, muitas vezes, encará-los sob ótica diferente da que vinha sendo focalizada pela historiografia tradicional. Procurando evitar o lado épico, glorioso, romântico que os assuntos possam oferecer, têm sido às vezes, contundentes nas suas críticas, apresentando uma história quase que "avessa" à que vinha sendo ensinada nos manuais escolares, negando mesmo certos valores consagrados e tentando desmistificar pessoas e coisas. Tais obras, nem sempre se caracterizam por um correto processo revisionista; muitas vezes são levadas por paixões ideológicas que

perturbam e obnubilam a correta visão histórica. Tempo há de chegar em que a crítica mostrará, de todas essas obras, quais as que verdadeiramente têm valor e assim poderão permanecer. Porque, entre elas, há de fato, muita coisa boa, que o estudioso não poderá desprezar. Porém, o que no momento ele não tem condições de fazer ainda, é separar o joio do trigo...

Iniciamos esta palestra com uma referência ao livro de Nelson Werneck Sodré, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, e prometemos voltar a ele. A bibliografia do ilustre historiador do Rio de Janeiro é disposta por tópicos - nada menos de quarenta e sete - cada um deles comportando três partes: uma "informação preliminar" ou "introdução histórica", onde o tema é situado no quadro geral da história brasileira e não raro da própria história do mundo, e, depois, as indicações das "fontes principais" e das "fontes secundárias". Para as "fontes principais" há um comentário muito criterioso acerca de cada uma delas; para as fontes consideradas "secundárias", apenas as indicações bibliográficas. Entra, aqui, naturalmente, muito de pessoal (o que é inevitável), deixando o consulente, às vezes, em dúvida quanto à qualificação das fontes dada pelo autor; algumas consideradas "secundárias" poderiam passar à categoria de "principais" e vice-versa. Também faltam no roteiro de Nelson Werneck Sodré indicações bibliográficas mais precisas. A simples indicação de local e data de publicação, com total omissão do editor, cria muitas vezes dificuldades ao leitor. Convém, por outro lado, considerar que a obra de Sodré limita-se (o que já não é pouco) às obras publicadas em volume, com omissão da grande quantidade existente de trabalhos publicados em revistas especializadas, às vezes mais importantes do que muitos livros. Mas, com todas estas restrições, que não invalidam de maneira alguma seu livro, trata-se de trabalho altamente meritório, único mesmo na bibliografia brasileira, e que, por isto, não nos cansamos de recomendá-lo aos nossos estudantes. Oxalá possa *O que se deve ler...* ser periodicamente reeditado, com os acréscimos necessários.

O tema que nos interessa aparece em dois momentos do roteiro de Sodré: nos tópicos 9 e 25. Entre as fontes principais do tópico nono, coloca o autor algumas obras gerais sobre o tráfico e a escravidão, muitas vezes citadas como referencial teórico: *El ocaso de la esclavitud en el mundo antiguo*, de E. Ciccotti; *Histoire de l'esclavage dans l'antiquité*, de H. Wallon; *Capitalismo e escravidão*, de Eric Williams; *África and the rise of capitalism*, de W. E. Williams; *Étude sur le traite des nègres*, de C. Monheim; *Historia de la esclavitud de la raza africana en el Nuevo Mundo*, de J. A. Saco; *La traite négrière aux Indes de Castille*, de Georges Scelle. Particularmente sobre o Brasil, indica apenas cinco obras: *A escravidão no Brasil*, de Perdígão Malheiro (publicada pela primeira vez em 1866/67, mas da qual Sodré cita apenas a

reedição de 1944); *Rebeliões da senzala*, de Clovis Moura (citada também na segunda edição, Rio, 1972); *Palmares: guerra dos escravos*, de Décio Freitas (Porto Alegre, 1973); *Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil*, de Afonso de Taunay (São Paulo, 1941) e *A escravidão no Brasil*, de João Dornas Filho (Rio, 1939).

Entre as “fontes subsidiárias”, coloca o autor algumas obras estranhas ao Brasil, como *Fuentes para la historia del trabajo en Nueva España*, de Silvio Zavala; *England and Slavery*, de MacInnes; as demais versam sobre o Brasil, e são as mais conhecidas: *A escravidão africana no Brasil*, de Evaristo de Moraes (São Paulo, 1933); outra, de igual título, de Mauricio Goulart (São Paulo, 1949); *As guerras nos Palmares*, de Ernesto Ennes (São Paulo, 1938); *O quilombo dos Palmares*, de Edison Carneiro (Rio, 1966), *O negro no Rio Grande do Sul*, de Nestor Ericksen (Porto Alegre, 1941); *Ladinos e crioulos*, do já citado Edison Carneiro (Rio, 1964) e alguns livros de acesso difficilimo aos estudiosos de hoje, como *L'Esclavage au Brésil*, de Louis Couty (de 1881), *La traite, l'emigration et la colonization au Brésil*, de Charles Expilly (de 1865) e a obra de Tito Franco de Almeida sobre o tráfico (também de 1865).

Convém transcrever alguns trechos dos juízos do autor acerca de algumas fontes “principais”. Sobre Perdígão Malheiros: “...não perdeu o seu lugar na bibliografia brasileira. O estudo à base de legislação, constitui um levantamento minucioso da situação do trabalho escravo no Brasil na segunda metade do século XIX, quando o sistema estava encaminhando para a decomposição. Perdígão Malheiro procedeu a um levantamento exato do problema, apreciando-o sob vários ângulos e com grande isenção”. Sobre Clovis Moura: “Os que acreditam que a vigência do escravismo brasileiro foi tranqüila, entre os quais se destacam aqueles que acreditam ter sido a escravidão mansa, estão apenas embalados pelas ilusões de uma historiografia viciada na repetição, fornecedora de imagem deformada da realidade histórica. “O escravismo brasileiro... foi turbulento na sua crueldade inata, sanguinolento, marcado por rebeliões as mais variadas. A investigação desse quadro que tanto contrasta com aquele fornecido pela historiografia oficial, está apenas em início. Entre as obras pioneiras, no assunto, a de Clovis Moura se destaca, particularmente nesta reedição ampliada, em que coloca em novos termos as lutas dos escravos”. Sobre Décio Freitas: “... realizou uma pesquisa rigorosa, a mais ampla já efetivada no Brasil, e elaborou o largo painel em que decorreram as lutas dos escravos nordestinos... Pesquisa idônea, rigorosa, ampla e sentido de análise fecundo, com perspectiva histórica, o livro assinala um dos momentos mais importantes da nova historiografia brasileira”. Finalmente sobre Taunay: “Com a sua paciência de

erudito, e também a sua ausência de método, oferece preciosas informações a respeito do tráfico negreiro, onde os negros eram desembarcados, como eram vendidos, como eram distribuídos, que navios e sob que bandeiras chegavam ao País, que recursos movimentava o tráfico, etc.”.

Já com relação à abolição, como fontes principais arrolam-se as obras de Augustin Cochin, *L'abolition de l'esclavage* (Paris, 1861); de Reginald Coupland, *The British anti-slavery movement* (Oxford, 1933); e particularmente sobre o Brasil, as de Robert Conrad, *Os últimos anos da escravidão no Brasil* (Rio, 1975); *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-la sem dano para a nação*, de Bezerra de Menezes (Rio, 1869); *O futuro da grande lavoura e da grande propriedade no Brasil*, de Beaurepaire-Rohan (Rio, 1878); *Emancipação dos escravos*, de Ruy Barbosa (Rio, 1884); *The abolition of the Brazilian slave trade*, de Leslie Bethel; *O Abolicionismo*, de Joaquim Nabuco (São Paulo, 1928); *O precursor do abolicionismo no Brasil*, biografia de Luís Gama, por Sud Mennucci (São Paulo, 1938) e *The abolition of slavery in Brazil*, de Robert Toplin (New York, 1972). E entre as subsidiárias, citemos apenas as mais importantes: *A influência social do negro brasileiro*, de João Dornas Filho (Curitiba, 1943); *Capitalismo e escravidão: o negro na sociedade do Rio Grande do Sul*, de Fernando Henrique Cardoso (São Paulo, 1962); *Campanha jurídica pela libertação dos escravos*, de A. J. de Macedo Soares (Rio, 1938); *História da escravidão*, de Maurílio Gouvêa (Rio, 1955); *As metamorfoses do escravo*, de Otavio Ianni (São Paulo, 1962); *Da senzala à colônia*, de Emilia Viotti da Costa (São Paulo, 1966); *Os republicanos paulistas e a abolição*, de José Maria dos Santos (São Paulo, 1942); *O negro na luta contra a escravidão*, de Luiz Luna (Rio, 1968).

Alguns juízos de Sodré neste tópico. Sobre Conrad: “Exaustivo estudo do abolicionismo brasileiro”; sobre Ruy Barbosa: “Não há talvez em toda a literatura sobre a campanha abolicionista estudo tão profundo e tão circunstanciado como o parecer de Ruy Barbosa”. Sobre Nabuco: “Neste (livro) estão encerradas algumas de suas melhores intervenções em favor dos escravos. Nabuco colocava o problema sob aspectos objetivos. Sua análise guarda muito da emoção de que se revestiu a campanha abolicionista. Mas retém sempre clara a análise do problema, mostrando os aspectos negativos do trabalho escravo, a sua fraca rentabilidade, a ausência de sentido da propaganda que anunciava a abolição como associada à ruína da lavoura brasileira”.

Nossa preocupação ao traçar este ligeiro (e incompleto) quadro das fontes para a história da Abolição foi apenas uma: mostrar a importância do problema e procurar chamar a atenção dos nossos estudiosos para um interesse acerca de um melhor conhecimento das fontes, pois sem elas não há história.